

29.outubro.2014 – 16h30

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidade: **Federação Portuguesa de Rugby (FPR)**
Engº Carlos Amado da Silva (Presidente) e Dr. Ricardo Nunes (Vice-Presidente)

Recebidos por: **Grupo de Trabalho do Desporto:** Deputados Paulo Cavaleiro (Coordenador), Pedro Pimpão e Paula Gonçalves (PSD), Laurentino Dias, António Cardoso e Rui Pedro Duarte (PS) e Artur Rêgo (CDS-PP)

Exposição: O Sr. Coordenador do Grupo de Trabalho do Desporto, Deputado Paulo Cavaleiro, saudou os representantes da Federação Portuguesa de Rugby e agradeceu a presença na audição, explicitando o enquadramento em que a mesma foi agendada.

O Sr. Presidente da Federação começou por agradecer o convite e fez uma breve apresentação da [Federação Portuguesa de Rugby](#), que integra 67 clubes, cerca de 7000 jogadores federados e 50.000 praticantes. Fez também referência às regras do rugby que, sendo um jogo agressivo, tem regras muito específicas, que exigem lealdade e respeito para com colegas.

Referiu-se ainda ao investimento que tem sido feito, e cujos reflexos poderão repercutir-se dentro de 4/5 anos, e às infraestruturas disponíveis para a prática da modalidade, considerando que são suficientes em número mas escasseiam em determinadas zonas.

Relativamente ao orçamento da FPR, referiu que ronda os 2 milhões de euros, o que, segundo considerou, corresponde a um desinvestimento do Estado nesta modalidade, recorrendo a Federação aos privados para suprir as suas necessidades. Fez ainda alusão às verbas que recebe do International Rugby Board (IRB), na ordem dos 600.000 euros/ano, às do Comité Olímpico de Portugal (COP) e ainda às verbas do Instituto Português do Desporto e Juventude, resultantes do protocolo com a Santa Casa da Misericórdia. Acrescentou ainda que a Federação não tem défice orçamental desde que a atual direção tomou posse. Disse ainda discordar da obrigatoriedade de pagamento do IVA relativamente às verbas oriundas do International Rugby Board (IRB) que, já investiu 100.000 euros no Estádio do Jamor, para onde a Federação tenciona mudar as suas instalações.

Afirmou que o rugby é uma modalidade muito bem posicionada, a nível nacional e internacional, tendo, em 10 anos, ganho 7 campeonatos da Europa. Referiu-se ainda às queixas dos atletas relativamente ao incumprimento da lei, por parte das instituições de ensino superior, mas chamou também a atenção para o facto de alguns atletas com estatuto de alta competição deixarem de treinar, logo após a entrada no ensino superior.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) que disse acompanhar de perto esta modalidade, por ter sido jogador no Centro de Desporto da Universidade do Porto (CDUP), e realçou que o rugby é uma modalidade com um enorme potencial e com forte implantação ao nível da juventude, constituindo uma escola de vida, pelos princípios que defende. Endereçou votos de felicidades e de um bom trabalho à direção da FPR e disse esperar que seja possível a massificação do rugby, permitindo também a integração social dos jovens.

O Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) agradeceu a presença e referiu-se à especificidade do rugby e aos valores que incute nos praticantes, de lealdade, respeito, companheirismo e entreaajuda. Afirmou que a sociedade portuguesa nutre hoje um carinho especial pelo rugby e pelos seus praticantes e disse reconhecer o trabalho que tem sido desenvolvido em Portugal, nesta área. Fez ainda referência ao Centro de Alto Rendimento (CAR), uma aposta estratégica e de qualidade na formação dos atletas, e colocou algumas questões, nomeadamente sobre a preparação olímpica, respetivo programa e expectativas, sobre o número de clubes e perspetivas de aumento, sobre



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

eventuais dificuldades financeiras e, por fim, sobre eventuais contributos da Assembleia da República, do ponto de vista legislativo, relativamente ao atleta de alta competição.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) agradeceu a presença e solicitou indicação exata das receitas para o montante global do orçamento da FPR. Colocou algumas questões sobre as obras no Jamor, mais concretamente sobre a fórmula de concretização do CAR, sobre as verbas com que o Estado português se comprometeu e sobre as verbas acordadas com o IRB. Relativamente à representação internacional, afirmou que a prestação portuguesa em França constituiu um momento único e lamentou que a mesma não tenha sido potenciada pela Federação. Terminou, considerando que os normativos não permitem fazer melhor, no que concerne ao aproveitamento do estatuto do atleta de alta competição, tendo solicitado propostas concretas sobre esta questão. Questionou ainda sobre a relação da Federação com o COP, em termos de funcionamento e de fluxo financeiro.

A Sra. Deputada Paula Gonçalves (PSD) agradeceu a presença e sublinhou a importância do rugby, enquanto desporto que desenvolve o *fairplay*, dadas as suas características próprias. Questionou, de seguida, sobre eventuais lacunas ao nível das infraestruturas, sobre a política de desenvolvimento para a modalidade e ainda sobre os meios disponíveis.

O Sr. Deputado António Cardoso (PS) saudou os representantes da FPR e colocou algumas questões, nomeadamente sobre o reconhecimento das qualificações dos técnicos junto do IPDJ e sobre a localização das instalações desportivas e terminou, perguntando se a Federação é ouvida sempre que são construídas novas infraestruturas e sobre as razões para a pouca visibilidade do rugby a nível nacional.

O Sr. Deputado Rui Pedro Duarte (PS) referiu-se às dificuldades apontadas ao nível da captação de novos jogadores, pelo que questionou sobre o investimento que é feito com os clubes e sobre as formas de captação de novos jogadores. Considerou que o rugby é ainda um desporto de elite, pelo que disse ser fundamental investir na disseminação da sua divulgação. Relativamente à política de desporto escolar, perguntou se se registaram retrocessos em termos de recursos e de tempos disponíveis nas escolas e ainda sobre os impactos na captação de novos jogadores.

Respondendo às questões colocadas, o Sr. Presidente da Federação referiu-se, em primeiro lugar, à questão do financiamento, afirmando que cerca de 35% corresponde à comparticipação do Estado e cerca de 65% dos patrocinadores, sendo que o IRB figura entre os principais patrocinadores, com uma comparticipação de cerca de 600.000 €/ano, concedida em face dos bons resultados. Para além desta verba, foi ainda concedido um montante de 3000.000€ para investimento no Centro de Alto Rendimento.

Fez alusão à ausência de infraestruturas em algumas zonas do país e recordou que Portugal vai acolher, em 2015, três grandes jogos internacionais, em Lisboa, Coimbra e Porto ou Guimarães. Em relação ao desporto escolar, lamentou que não haja aproveitamento do investimento que é feito, uma vez que não é dada continuidade ao trabalho, por falta de meios e de locais de treino adequados. Afirmou que os técnicos têm formação certificada pelo IPDJ, sendo altamente reconhecidos, incluindo a nível internacional.

Após a audição, e na sequência do convite dirigido à Comissão, pela Federação Portuguesa de Rugby, os Deputados do Grupo de Trabalho deslocaram-se ao Estádio Nacional do Jamor, onde assistiram, pelas 19h00, ao [jogo das meias-finais do Campeonato de Rugby da Europa de Sub 19](#), entre a Seleção portuguesa e a Seleção espanhola.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página do Grupo de Trabalho, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 29 de outubro de 2014



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A assessora
Cristina Tavares